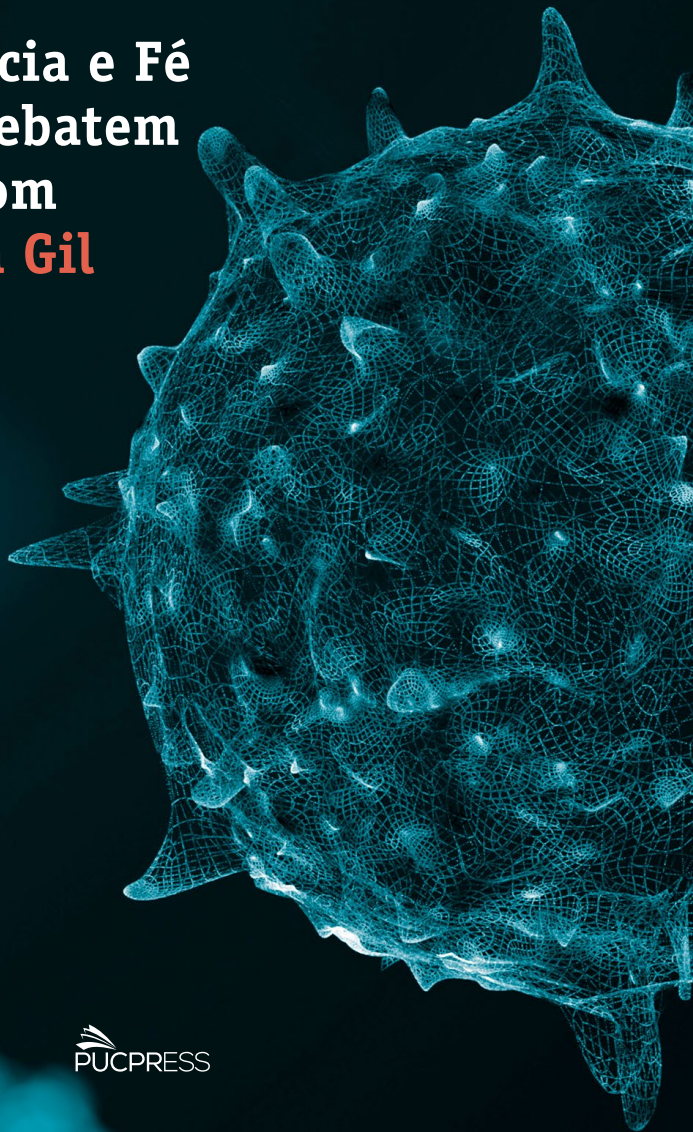


# Pensar o (im)pensável

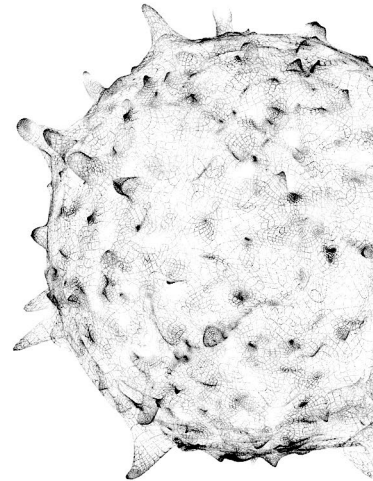
Instituto Ciência e Fé  
e PUCPRESS debatem  
a pandemia com  
**Isabel Capeloá Gil**



# Pensar o (im)pensável

Instituto Ciência e Fé  
e PUCPRESS debatem  
a pandemia com  
**Isabel Capelo Gil**

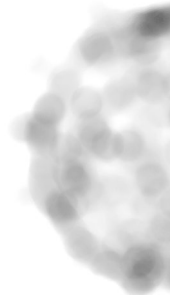
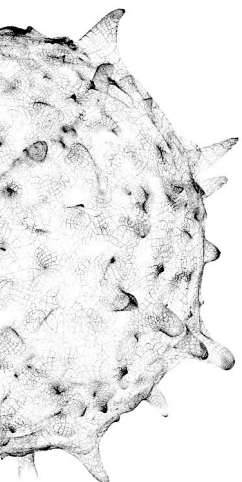
Sob curadoria de  
Fabiano Incerti  
Douglas Borges Candido



Com a parceria de:

Programa de  
Pós-graduação em  
Filosofia PUCPR

Laboratório de  
Estudos sobre o  
Contemporâneo



**Isabel Capelo Gil**, reitora da Universidade Católica Portuguesa (UCP), presidente da Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC) e autora de *Literacia visual: estudo sobre a inquietude das imagens*.

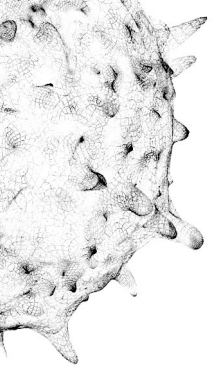
***Pensar o (im)pensável: Instituto Ciência e Fé e PUCPRESS debatem a pandemia*** é uma série de entrevistas que serão realizadas a partir de diferentes perspectivas do saber sobre os impactos da pandemia. A seleção e a organização do conteúdo estão sob curadoria de Fabiano Incerti e Douglas Borges Candido, do Instituto Ciência e Fé PUCPR, e a edição pela equipe da PUCPRESS. Revisão de texto: Elisama Nunes dos Santos e Susan Cristine Trevisani dos Reis. Projeto gráfico e diagramação: Rafael Matta Carnasciali.

Maio/2020

## **Diante de uma crise como esta que educação/formação as Universidades, em especial as Católicas, devem proporcionar aos estudantes?**

A pandemia faz-nos repensar a nossa posição no mundo, as nossas metas, ideais. Sentimos a nossa fragilidade e que somos cocriados pela interação com os outros. Olhamos diariamente para os noticiários e verificamos que talvez muito pouco tenha mudado no DNA cultural desde a tragédia grega, que tinha um efeito profilático notável. Escreveu Aristóteles, na *Poética*, que o efeito catártico da tragédia residia na expressão de medo e piedade (empatia) pela sorte dos que, sendo melhores do que nós, eram arrastados pelo erro para um destino catastrófico. Portanto, a tempestade mediática da COVID potencializa justamente este terror e piedade, abalando os pressupostos que nos orientavam numa vida pré-COVID. Esta avalanche faz-nos sobretudo questionar a nossa capacidade de controlar o risco, seja ele biológico, social, ambiental e econômico. Se há algo que distingue antropologicamente as sociedades primitivas das sociedades complexas na reação ao risco, é a consciência crescente de que a narrativa do processo civilizacional de que somos herdeiros não nos permite controlar os riscos, sobretudo ambientais e biológicos, que nos rodeiam. A sofisticação da ciência não ajudou o Cândido, de Voltaire, quando se encontrava no Tejo, no meio do maremoto que destruiu Lisboa em 1755, e tão pouco nos permite olhar com certezas para a cura da COVID. A consciência desta realidade está particularmente presente no pensamento do Papa Francisco ao recordar-nos, na benção *Urbi et Orbi*, que apesar de pensarmos ser donos do mundo, apenas o habitamos.

A educação permite-nos lidar com a antecipação do desastre e promover resiliência social, ética, emocional, cultural, econômica e científica. Permite-nos entender o problema, o seu contexto e encontrar soluções, como acontece com a extraordinária comunidade científica internacional que trabalha contra o tempo na busca de uma vacina. Mas a educação, sobretudo nas universidades, não se resume à base material da resolução de problemas. Este é efetivamente um dos perigos do momento presente; a ciência não pode liderar a organização da sociedade sem um apoio de ordem moral e cultural. Se o momento de crise que vivemos assinalou o regresso do cientista, que estava a ser posto em causa pelas agendas políticas populistas, o certo é que a sua função não é a de gerir a sociedade separado do filósofo e do eticista, por exemplo. A universidade, e sobretudo as universidades católicas que, por missão, estão comprometidas com a negociação integrada da diversidade do conhecimento universal, têm de, neste momento, mostrar a sua capacidade de liderar pela agregação de diferentes saberes e valências. Nesses dias participei de uma con-



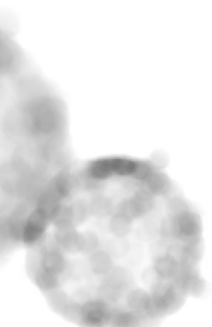
versa global sobre o mundo pós-COVID com líderes políticos e empresários dos EUA, Japão e África<sup>1</sup>, e as preocupações ultrapassam em muito o domínio da solução sanitária. A COVID-19 é, na verdade, a última e mais violenta crise, que de forma radical mostra o que anteriores crises (epidêmicas como a SARS ou MERS, ou mesmo econômicas) já enunciavam: a radical desigualdade global, evidente na diferença de acesso a cuidados médicos; a diferença econômica entre os trabalhadores do conhecimento, que continuam a laborar em modelo de teletrabalho; e os trabalhadores manuais não especializados, mais frágeis ao *lay-off*, desemprego ou então sem possibilidade de se protegerem; a diferença nas soluções que os Estados adotarão para o relançar das economias; a diferença da qualidade e no acesso à educação entre os que podem ter ensino *on-line* e os que não possuem computador. Face a tudo isto, a vacina é um instrumento para reforçar a confiança, mas não resolve a explosão do nosso modelo civilizacional em curso. O que definirá o nosso futuro será a capacidade de o refazer a partir da sociabilidade, da empatia e da confiança. A economia está depois da solução para o indivíduo e não antes. O papel da Universidade e da Educação é justamente o de mostrar com clareza esta prioridade.

**A Universidade constituiu-se como um espaço primordialmente de jovens. E estes, por sua vez, sentem a necessidade do contato social. Como foi para eles a passagem das aulas presenciais para as remotas? Como os jovens têm se sentido diante dessa mudança na Universidade Católica Portuguesa (UCP)?**

Em Portugal, a ordem de confinamento foi dada em 13 de março de 2020 e logo depois entramos em estado de emergência. Na UCP, suspendemos as aulas presenciais no dia de 12 de março e no dia seguinte todas as seminários teóricos e teórico-práticos estavam funcionando em plataformas digitais. Tínhamos iniciado um projeto de transformação digital em 2016, designado Católica 4.0, que levou a uma revolução nos sistemas *core*, o que nos permitiu com facilidade aguentar as aulas virtuais de 15 Faculdades distintas e ciclos de estudos de licenciatura, mestrado e doutorado. A adesão da geração 2.0 (por parte dos professores) a estas mudanças preocupavam-me bastante, mas a criatividade e empenho com que todos abraçaram o desafio foram extraordinárias. Tivemos exemplos notáveis de trabalho colaborativo e sensibilização para as alterações pedagógicas que a *flipped classroom* representa, com professores da área das ciências da saúde, por exemplo, a servirem de *coach* a econo-

---

<sup>1</sup> GFCC (Global Federation of Competitiveness Councils), Conversation Series *Now.Bridge.Reboot* (6 de maio de 2020, via ZOOM: <http://conversations.thegfcc.org>).



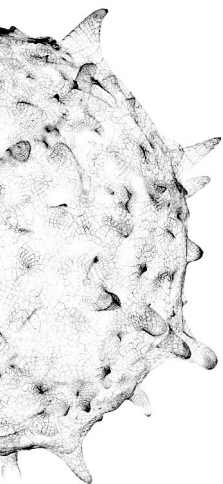
mistas, juristas ou politólogos. A experiência potenciou a saída das faculdades do seu conforto disciplinar.

A nossa hipótese era que a dificuldade de transformação cultural se situaria sobretudo na geração 2.0. Não foi, por isso, sem surpresa, que acompanhei a reação mais cautelosa da geração 4.0. Os estudantes expressaram ansiedade com a falta do contato face a face, alguns apelos desesperados por maior interação com o professor durante o confinamento e também receio pela adequação ao modelo de avaliação *on-line*. O isolamento foi aqui um fator crucial porque muitos estudantes vivem sozinhos. Desenvolvemos por isso vários programas de acompanhamento psicológico; um deles intitulado “Psicologia em Confinamento”, que diariamente apresenta boas práticas para combater a solidão imposta.

Os seres humanos não têm infraestruturas mentais que lhes permitam integrar o isolamento. Somos, como dizia Aristóteles, seres sociais e a sociabilidade faz parte da nossa autodefinição como seres funcionais. Apesar da intuitividade de plataformas como ZOOM, Microsoft Teams ou redes como a House Party, o toque entre pessoas não é alienável. A experiência da presença real não é substituível a longo prazo. Precisamos da energia e do afeto da proximidade. E esta é uma das valências fundamentais da experiência do campus, que a universidade oferece. Além das múltiplas possibilidades dessa experiência (cultural, pastoral, desportiva, social), há também uma aprendizagem osmótica que reside na intensidade da relação corporal de docentes e estudantes em presença. Não fomos feitos para o distanciamento social.

### **A maioria das Universidades do mundo implantaram o sistema de aulas remotas, no qual a tecnologia tem se mostrado uma grande aliada. Qual o papel do Professor nesse cenário?**

O professor cada vez mais é um mediador; alguém que conduz ao conhecimento e não quem o impõe. A tecnologia permite uma renovação do método socrático. Trata-se na verdade de fazer uma curadoria da informação disponível ao estudante e de o orientar na seleção, na análise e, finalmente, na resolução conclusiva do caso ou na compreensão do problema. Tanto para o estudante como para o professor há uma abundância de material disponível (do texto ao vídeo) que é bastante exigente, pois obriga o professor a abstrair-se da solução e a acompanhar o processo de aprendizagem com uma miríade de possibilidades à sua disposição. Devido às características próprias das plataformas, a tecnologia pode induzir o risco da simplificação. Ensinar Direito, por exemplo, obriga a estudar o enquadramento normativo, mas também a

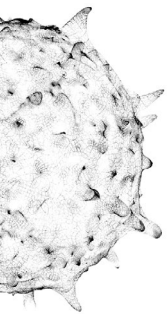


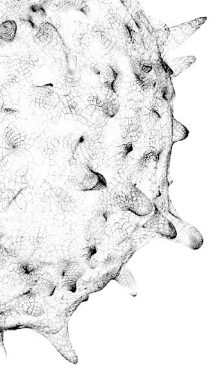
jurisprudência, e finalmente a aplicação da lei substantiva ao caso. Neste caso, a transposição para modelo remoto de um seminário de Direito Privado não se limita ao *upload* do Código ou de acórdãos dos tribunais para a plataforma. É muito mais, e muito menos, do que isso. Seleciona-se a informação que é extirpada dos textos integrais, acrescenta-se comentário, complementa-se com pequenos vídeos, que podem incluir entrevistas com advogados, permitindo a animação do caso real. A tecnologia pode tornar a lei viva, não a simplifica, mas aquilo a que obriga é a uma alteração radical da metodologia e da preparação dos professores. E isto acontece em todas as áreas do conhecimento, da Filosofia à Microbiologia. A rapidez da mudança nos fez avançar perante o desconhecido, no escuro, como cegos a tactear o percurso.

Há uma remediação do conhecimento para se adequar ao ambiente da plataforma que só pode acontecer com um aprofundamento das possibilidades específicas do meio. Walter Benjamin, por exemplo, considerava o cinema como o meio tecnológico que melhor podia reproduzir o espírito de ruptura da modernidade devido à sua especificidade técnica, que permitia fazer explodir o cárcere da realidade com a dinamite do décimo de segundo. Podia afinal mostrar a fragmentação do real através da montagem, segmentar a figura humana demonstrando essa sensação de alienação e dispersão que habitava a experiência dos sujeitos do início da modernidade. *Mutatis mutandis*, a tecnologia das plataformas de ensino à distância permite um mergulho no abissal universo da informação virtual. O professor tem a função de ensinar a navegar neste mar de dados, mas para tal tem de penetrar no fluxo e adequar o remo. Há um filme americano, *Tron*, com Jeff Bridges, que conta a história de um programador que entra no universo de dados de um servidor e que tem de aprender a navegar nesse universo para regressar à realidade. Neste momento estamos todos dentro do servidor e temos de aprender as suas regras para encontrarmos o caminho. Mas o fantástico é que o estamos a fazer em cocriação, com os nossos estudantes, e podemos, com eles, usar o que descobrimos para redesenhar o mundo.

### **Qual a contribuição das Humanidades em tempos de pandemia?**

As Humanidades têm uma função que não é só de compreensão do mundo, mas também de resolução de problemas. Não existem como um resqúicio idealista de um mundo antigo, mas são estruturantes do desenho de sociedade que desejamos. A literatura, por exemplo, não constitui uma esfera marginal, produzida para o deleite dos indivíduos. A ficção, a poesia, refletem e instruem a organização do mundo. Se Platão, na *República*, expulsava o poeta da república modelo porque não só contava histórias não edificantes dos deuses,





como apresentava o Hades como um mundo tenebroso que produzia pavor da morte nos guerreiros, isso ocorria dentro de um contexto civilizacional que colocava a “boa vida” num horizonte, que hoje considerariamos autoritário. Esta República organizar-se-ia em torno de uma ética guerreira, centrada no bem da comunidade e não do indivíduo, regida por regras que não permitiriam dissenso. Sem a possibilidade, se assim quisermos, de pensar um universo diferente. Logo, a ficção é o que de mais libertário o ser humano tem por possibilitar o questionamento, a proposição do “e se não fosse assim?”. A transformação das sociedades ocidentais ocorreu num sentido que cumpre, de certa forma, o horizonte de liberdade cristão, de assunção da fidelidade à consciência individual em prol do bem comum, e sobretudo da defesa inabalável da liberdade, no respeito pelo outro. Liberdade de pensamento, de expressão, de assembleia, de crença, a liberdade de movimento; em resumo, a liberdade como direito humano fundamental. Essa lição é também a da literatura.

No contexto da pandemia, o cultivo das Humanidades é determinante para modelar uma sociedade que se eleva nos seus princípios usando a tecnologia e não que se submete a ela. Isto é, uma sociedade apoiada em tecnologia, mas não por ela determinada, como a sociedade tecnocrática de que fala o Papa Francisco. As Humanidades afinal permitem pensar que existe uma normalidade além do horizonte da desgraça e da pandemia. Paul Virillio<sup>2</sup> falava da “ideologia da saúde-vigilância” como um instrumento da administração do medo. No contexto em que vivemos, é fundamental ancorar as propostas de reativação em modelos que ultrapassam a busca da vacina ou da cura da COVID. Esta dimensão é instrumental, mas não o horizonte que orienta a sociedade na saída da “Grande Reclusão”. Para tal, é necessário o cultivo da esperança, da solidariedade, da responsabilidade ética, do respeito pela diferença e a consciência de que não somos uma massa de indivíduos, mas a parte vulnerável de uma forte humanidade comum.

### **Que sociedade podemos esperar em um mundo pós-pandemia?**

Mais do que nunca navegamos sem ter mapa, como dizia a poetisa portuguesa Sophia de Mello Breyner (“Navegavam sem o mapa que faziam / [...] Os homens sábios tinham concluído / Que só podia haver o já sabido: / Para a frente era só o inavergável / Sob o clamor de um sol inabitável”). Estamos justamente a tentar encontrar soluções técnicas com o “já sabido” e a testar o impensável

---

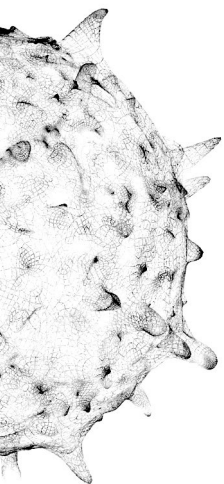
<sup>2</sup> Filósofo francês contemporâneo.





ou inabitável. Estamos dispostos a deixar morrer para atingir a imunidade de grupo? Hoje questiona-se a possibilidade de uma vacina sequer ser possível porque pode provocar uma reação catastrófica do sistema imunológico que leva à morte do doente. Ou seja, estamos trabalhando com pressupostos científicos colocando a discussão num patamar material, quando a decisão é ética e política. Não temos mapa para onde nos dirigimos. A opção sueca, que assenta na noção eugênica de que alguns (muitos) morrerão para que os mais aptos sobrevivam, é ética e politicamente inaceitável em muitas sociedades como Portugal, Espanha e Itália. Os governos trabalham para proteger a vida dos “menos aptos”. E quem são estes? São os fisiologicamente mais frágeis, mas também aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica. O vírus não escolhe classe, mas é mais mortífero em espaços onde a higiene não existe, onde os indivíduos não podem materialmente se proteger, em grupos sociais debilitados. As políticas sociais em situação de pandemia tentam ser vacinas, mas são apenas remédios em teste. Todavia, estruturam-se sobre princípios e valores sociais e morais concretos. Decidir que a proteção ao idoso não pode ser relaxada porque é necessário proteger as crianças revela uma sociedade que respeita a idade como um valor inquestionável, que assume o respeito intergeracional como não negociável. Neste modelo, demonstra-se que é inaceitável a escolha de Auschwitz. O que se aprendeu? Que nenhum ser humano é dispensável e que cada óbito é uma fatalidade. Este é o modelo que — claramente com dificuldade — a União Europeia está a defender com as suas políticas de reativação social. Trata-se igualmente de combater a lógica malthusiana, de que a sociedade não pode pagar um sistema de saúde que proteja todos por igual. Na Europa, a grande questão tem sido apoiar e reforçar os sistemas nacionais de saúde. E não é apenas uma questão técnico-econômica. Trata-se, na verdade, de proteger a sociedade que queremos continuar a ser pós-COVID. Em Portugal, o sistema resistiu. E há um absoluto consenso nacional relativamente à canalização de fundos para o reforço do sistema nacional de saúde. Apesar de perspectivas diferentes se digladiarem, é consensual que não se põe preço à vida. A vida de um doente, jovem ou idoso, não é negociável.

Preocupa-me a desconexão americana entre as políticas dos Estados, que tentam defender o modelo de que nenhuma vida é dispensável, e a lógica federal da abertura total da economia. Se é certo que as pessoas para terem uma vida boa devem pugnar por uma economia forte, também é certo que uma economia sem pessoas ou direcionada apenas para o bem-estar de alguns e a submissão de muitos não é aceitável.



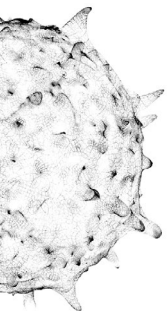


Vivemos um momento de crise de confiança nas instituições, na ciência e na economia, entre pessoas. E a opção relativamente ao mundo pós-COVID será certamente resultado, em parte, das soluções políticas que se adotarem, mas sobretudo dependerá de cada um de nós. O confinamento resultou de uma determinação das autoridades, mas o retomar da vida dependerá da nossa capacidade de suplantar o medo. De não olharmos para o outro como potencial ameaça à minha sobrevivência, mas como alguém que está comigo a recomeçar. A opção será entre administrar o medo ou viver em liberdade.

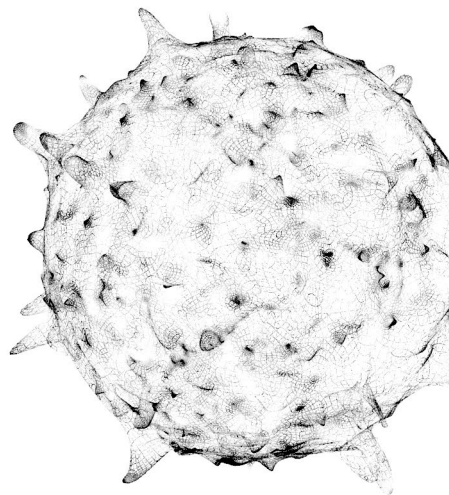
**Muito se tem discutido sobre voltar “à normalidade”. A Universidade será a mesma ao final dessa pandemia ou podemos esperar uma transformação em seu modo de ser e de atuar?**

A universidade já mudou e terá de utilizar o conhecimento adquirido com a exceção que vivemos. Neste âmbito, temos de olhar para a pandemia como uma oportunidade, mais do que como calamidade. Creio que há mudanças estruturantes que vieram para ficar com a adaptação das plataformas tecnológicas: a primeira é a flexibilização da infraestrutura; a segunda, a ideia da universidade como instituição de aprendizagem permanente e em pleno ao longo da vida; finalmente, a adoção de um modelo de funcionamento tecnoglobal e a universidade como ponto de rede técnico-científica e sociocultural. Não se trata de transformar a universidade numa plataforma tecnológica, mas tornar evidente a necessidade de repensar a verdadeira infraestrutura da universidade. A base material para o cumprimento da missão são menos edifícios do que cabos e sistemas de rede; menos mesas do que computadores. A universidade não é da nuvem, mas está inquestionavelmente na nuvem. Não quer isto dizer que não vamos mais olhar o campus como conjunto de edifícios. Um famoso professor americano, Robert Maynard Hutchins, chegou a dizer que universidade era o conjunto de edifícios onde professores ensinavam e alunos aprendiam. Estamos a afastar-nos progressivamente desta — ainda que sarcástica — imagem do edificado e da projeção do poder da instituição através do número de edifícios que agrega. Portanto, é certo que a experiência do campus não vai desaparecer, porque a universidade tem uma componente de sociabilidade e de crescimento pessoal que ultrapassa em muito quer a aprendizagem quer a formação profissional. A universidade indutora de cidadania, de cultura e sociabilidade é também uma organizadora de afetos que não cabe no quadrado do ecrã.

Na sua dimensão originária, a universidade assenta no intercâmbio e na partilha entre um mestre e um estudante. Este é o fundamento do método socráti-



co, que se foi coletivizando e adaptando ao alargamento do acesso à educação superior. O que se tem vindo a alterar progressivamente desde o início da modernidade é o entendimento da figura do mestre. De um movimento de centralização do processo educativo na figura de autoridade do mestre, materializada na famosa fórmula *magister dixit*, temos vindo a colocar o estudante no centro da aprendizagem e simultaneamente a perceber que este é um processo de 360°. A tecnologia e o acesso extraordinário à informação, inabarcável pelo cérebro humano e que está à distância de um click, legitimam a consciência do não saber — que só pode resultar da aprendizagem — como essencial à evolução do conhecimento. O mestre já não é tanto aquela(e) que tudo sabe, mas quem sensibiliza para o quanto não sabemos. A douta ignorância de Nicolau de Cusa estrutura o seminário invertido (*flipped classroom*) que as plataformas tecnológicas possibilitam. Talvez seja controverso dizê-lo, mas na base da ideia da aprendizagem ao longo da vida (*life-long-learning*) está a consciência de que aprender é caminhar para a progressiva consciência da ignorância própria. Quanto mais investigamos e aprendemos, mais consciência temos do muito mais que desconhecemos. Este impulso para o aperfeiçoamento constante está na base da gestão das carreiras nas organizações. É o movimento de *upskilling* que informa o desenvolvimento pessoal. Mas não devemos esquecer que as tecnologias estão a tornar muitas funções obsoletas. As novas funcionalidades da robótica põem em causa funções antes desempenhadas por seres humanos. É agora necessário fazer o *reskilling* em massa desses indivíduos e a universidade tem uma função fundamental a cumprir na reconversão profissional no setor do conhecimento. Finalmente, a universidade transformou-se definitivamente numa organização tecnoglobal que funciona em modo colaborativo, como ponto de rede numa organização global do conhecimento por onde circulam estudantes e professores. O sentido nacional da universidade pode ter regressado com a pandemia e com o medo instalado face à mobilidade global, mas o fluxo veio para ficar. Não mais ficaremos acantonados às nossas aldeias gaulesas muradas como Astérix e Obélix. No próximo futuro encontra-se a universidade tecnoglobal que é por vocação aberta, acomodando comunidades de grande diversidade (cultural, étnica, de género, religião ou política), e também projetando-se além dos limites das fronteiras e da nação por via de plataformas digitais e produzindo ciência em formato crescentemente aberto.



**Instituto  
Ciência e  
Fé PUCPR**



Com a parceria de:

Programa de  
Pós-graduação em  
Filosofia PUCPR

Laboratório de  
Estudos sobre o  
Contemporâneo